



Portal do Docente

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS**

EMITIDO EM 06/08/2021 17:59

**PROJETO DE PESQUISA**

<b>DADOS DO PROJETO DE PESQUISA</b>	
<b>Código:</b>	PIE10009-2021
<b>Título do Projeto:</b>	Desafios jurídicos na proteção de direitos socioambientais: estudos sobre os impactos da mineração em tempos de pandemia
<b>Tipo do Projeto:</b>	INTERNO (Projeto Novo)
<b>Categoria do Projeto:</b>	Pesquisa científica
<b>Situação do Projeto:</b>	EM EXECUÇÃO
<b>Unidade:</b>	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (11.01.00.09.02)
<b>Centro:</b>	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (11.01.00.09.02)
<b>Palavra-Chave:</b>	Mineração; direitos socioambientais; pandemia
<b>E-mail:</b>	talita.montezuma@ufersa.edu.br
<b>Editais:</b>	
<b>Cota:</b>	
<b>ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA</b>	
<b>Área de Conhecimento:</b>	Direitos Especiais
<b>Grupo de Pesquisa:</b>	
<b>Linha de Pesquisa:</b>	
<b>CORPO DO PROJETO</b>	
<b>Resumo</b>	
<p>O projeto objetiva analisar os desafios jurídicos diante dos impactos socioambientais decorrentes da atividade minerária e suas reconfigurações durante o período pandêmico causado pela Covid-19. Justifica-se diante do crescimento do setor minerário e da expansão territorial de seus impactos, agravando conflitos socioambientais. Neste contexto, experiências de contestação social à atividade minerária acionam o campo jurídico a ofertar respostas, seja na esfera judicial, seja na esfera legislativa, ou mesmo na compreensão teórica das narrativas jurídico-estatais que consagram a mineração como atividade de interesse público e nacional. Importa, neste sentido, desenvolver reflexões que permitam aprofundar as dimensões deste problema. Para isto, torna-se necessário revisar dados do setor minerário para compreender seu comportamento durante o período pandêmico; traduzir e facilitar o estudo sobre o direito minerário nas situações de conflitos ambientais; identificar os desafios jurídicos nos seguintes eixos: proteção do direito à saúde e impactos da mineração; proteção das relações de trabalho; direitos socioambientais e territoriais face à mineração; interesse público, arrecadação tributária e medidas de transição à dependência extrativista; impactos sobre as águas e justiça hídrica aplicada ao setor minerário. Além disto, este projeto volta-se igualmente para o estudo dos direitos emergentes e de instrumentos legislativos nos contextos de restrição social à expansão mineral, sistematizando experiências comunitárias de instituição de territórios livres de mineração.</p>	
<b>Introdução/Justificativa</b>	
(incluindo os benefícios esperados no processo ensino-aprendizagem e o retorno para os cursos e para os professores da UFERSA em geral)	
<p>A expansão do regime extrativista na América Latina acirra conflitos ambientais e promove um processo de despojo múltiplo (GUTIERREZ &amp; LOHMAN, 2019, p.30; NAVARRO, 2019), o qual consiste na expropriação simultânea do trabalho, da natureza, do território e do conjunto de atividades reprodutivas que sustentam a vida onde os projetos de mineração se instalam. Há, portanto, uma ofensiva sistêmica contra os sujeitos comunitários pelo controle e gestão de seus territórios, radicalizada pelo neoliberalismo que se expressa sob múltiplas formas de violência racializada, despojando-os não apenas de "recursos", mas de seus modos de vida, afetos, subjetividades e projetos de futuro. Em paralelo, os impactos do setor se agravaram durante a pandemia. Sabe-se que o setor minerário tem mantido altos índices de lucratividade durante a pandemia, alavancados pela elevação da demanda sobre o minério de ferro, de forma que o setor econômico chega a projetar um novo período de boom das commodities (IBRAM, 2021; IPEA, 2021). Além disto, o investimento em novos projetos, a expansão de minas em exploração e a disputa pelo controle territorial das regiões com minérios estratégicos vem provocando desafios para a proteção de direitos socioambientais. Por outro ângulo, a atividade minerária responde pelos maiores índices de conflitos ambientais na América Latina e no Brasil. Dados sobre o assassinato de ativistas ambientais no mundo em 2019 revelam que, dos 212 ativistas mortos, 50 deles estavam engajados em conflitos envolvendo mineração, número utilizado por referência devido à provável subnotificação (WITNESS, 2019). O mapa dos conflitos ambientais produzido pela Universidade Autônoma de Barcelona identificou que o Brasil ocupa a posição de 3º país do mundo com maior número de conflitos ambientais (EJOLT, 2014), os quais envolvem majoritariamente a questão agrária, da água, da mineração, dos direitos das populações indígenas, quilombolas e diversas comunidades tradicionais. Os empreendimentos de mineração respondem por parcela significativa destes conflitos. Estima-se que 40% das terras indígenas do país estão há menos de 10km dos 30.554 empreendimentos extrativistas em funcionamento legalizado no Brasil e que 38% dos conflitos socioambientais latentes oriundos desta proximidade estão localizados no Nordeste, onde o tema da mineração é, muitas vezes, sublimado no debate público. Ademais, impactos da mineração sobre as economias locais, modos de vida tradicionais, segurança alimentar, qualidade e disponibilidade hídrica, especialmente os agravos sobre a saúde, os corpos femininos e racializados vêm sendo amplamente catalogados em estudos interdisciplinares. Tais consequências vêm mobilizando múltiplos sujeitos sociais para acionarem o campo jurídico. Merece destaque a recente aceitação de denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos face o Estado brasileiro por violação de direitos dos trabalhadores nas mineradoras pelo descumprimento das medidas de proteção sanitária. No âmbito comunitário, é possível identificar experiências de criação local de instrumentos legislativos protetivos de direitos territoriais e ambientais, alargando o manuseio simbólico-instrumental do direito como ferramenta de crítica à expansividade do regime extrativista. Dentre tais experiências empíricas, muitas conflitam com atividades de extração de ferro, uma promessa do setor econômico para o próximo período. Este cenário desafia o pensamento jurídico a compreender em densidade os aspectos dos conflitos ambientais envolvendo a atividade minerária, projetando contribuições para a tutela efetiva de direitos socioambientais. Há, portanto, relevância social, jurídica e acadêmica na proposta apresentada.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<p>Objetivo geral: analisar os desafios jurídicos diante dos impactos socioambientais decorrentes da atividade minerária e suas reconfigurações durante o período pandêmico causado pela Covid-19.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Revisar dados do setor minerário para compreender seu comportamento durante o período pandêmico.</li> <li>- Traduzir e facilitar o estudo sobre o direito minerário nas situações de conflitos ambientais.</li> <li>- Identificar iniciativas de flexibilização legislativa e/ou políticas estatais que agravem a fragilidade dos instrumentos jurídicos protetivos de direitos em contexto de conflitos socioambientais.</li> <li>- Mapear e discutir desafios jurídicos nos seguintes eixos: proteção do direito à saúde e impactos da mineração; proteção das relações de trabalho; direitos socioambientais e territoriais face à mineração; interesse público, arrecadação tributária e medidas de transição à dependência extrativista; impactos sobre as águas e justiça hídrica aplicada ao setor minerário.</li> <li>- Sistematizar a criação de novos instrumentos legislativos locais de restrição à expansão mineral, em diálogo com as experiências comunitárias de instituição de territórios livres de mineração.</li> </ul>	
<b>Metodologia</b>	
<p>O projeto será desenvolvido com procedimentos metodológicos que mesclam a revisão de literatura especializada no tema, mobilizando categorias do direito minerário, do socioambientalismo e de direitos territoriais. Ademais, serão feitas pesquisas documentais, acessando dados primários e secundários de órgãos públicos, do setor econômico e do campo social e acadêmico de crítica ao regime extrativista. Também serão desenvolvidas atividades de natureza empírica, identificando e sistematizando experiências de conflitos ambientais naquilo que interpelam a efetividade da proteção de direitos socioambientais.</p>	
<b>Referências</b>	

- ACOSTA, A. EXTRACTIVISMO Y NEOEXTRACTIVISMO: DOS CARAS DE LA MISMA MALDICIÓN. 2011, disponível em <<http://www.polodemocratico.co/pdf/Alberto%20Acosta.pdf>>, acesso realizado em 20.05.2019.
- ACSERALD, Henri (Org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ANDRADE, L. M. M. DE. GRUPIONI, D. F.; Entre águas bravas e mansas: índios & quilombolas em Oriximiná. São Paulo: Comissão Pró Índio de São Paulo, 2015.
- ARAÓZ, M. Ecología política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales y re-ex-sistencias decoloniales en nuestra América. Bajo el Volcán, v. 15, n. 23, p. 11-51, 2015.
- ARAUJO, Eliane R.; OLIVIERI, Renata D.; FERNANDES, Francisco R.C.; Atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente. In: Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. FERNANDES, Francisco et.al. (Orgs). Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.
- ATAÍDE, Pedro. Direito mineral. Salvador: Ed. Juspodivm, 2020.
- BARRÓS, Juliana Neves. Legislação ambiental aplicada à mineração / Juliana Neves Barros. Cruz das Almas, BA: UFRB 2017.
- BOELES, Rutgerd; HOOGESTEGER, Jaime & FRANCISCO, Jean C. R. Commoditizing Water Territories: The Clash between Andean Water Rights Cultures and Payment for Environmental Services Policies, Capitalism Nature Socialism, 2014.
- CARNEIRO, Jurandir Eder. Política Ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizontes: Autêntica, 2005.
- CARRARA, Ozanan V. Ética, meio ambiente e mineração. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.13, n.3, p.121-142 Set.-Dez. 2016
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Relatório Anual de Conflitos no campo. 2017, CPT.
- ESCOBAR, A. Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAUULA, 2014.
- FASE - Federação de órgãos para a assistência social e educacional. ETERN- Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Relatório - Síntese. Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos e avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2011.
- \_\_\_\_\_. Novo marco legal da mineração do Brasil. 1ª Edição, Rio de Janeiro, 2012.
- FGV - Fundação Getúlio Vargas. A situação das mulheres atingidas pelo desastre do Rio Doce a partir dos dados da ouvidoria da Fundação Renova. Disponível em <[http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv\\_a-situacao-das-mulheres-atingidas-pelo-desastre-do-rio-doce-a-partir-dos-dados-da-ouvidoria-da-fundacao-renova](http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_a-situacao-das-mulheres-atingidas-pelo-desastre-do-rio-doce-a-partir-dos-dados-da-ouvidoria-da-fundacao-renova)>, acesso realizado em 10.07.2020.
- GONÇALVES, R. J. DE A. F.; MENDONÇA, M. R. Expansão dos grandes empreendimentos de mineração e territórios em disputa no cerrado goiano (Goias/Brasil). Sociedade e Território, v. 27, n. 2, p. 206-228, 2015.
- GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. Extractivismo, política y sociedad. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.
- \_\_\_\_\_. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LENA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs). Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade (pp. 303-318). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- GUIMARÃES JR, J. A. Reforma hídrica do Nordeste como alternativa à transposição do Rio São Francisco. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, n. 227, p. 80-88, 2007.
- GUTIERREZ, Raquel. Sobre la autorregulación social: imágenes, posibilidades y límites. In: Pensar las autonomías. México D.F.: Sísifo Ediciones, Bejo Tierra, 2011.
- \_\_\_\_\_.; TRUJILLO, M. L. N. Procurir lo común para sostener y transformar la vida: algunas reflexiones desde la clave de la interdependencia. Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 21, n. 2, p. 298, 2019.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS. GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020.
- ISA. Mineração em terras indígenas na Amazônia. 2013. Disponível em <[https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/mineracao2013\\_v6.pdf](https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/mineracao2013_v6.pdf)>, acesso em 07.01.2017.
- \_\_\_\_\_. Novos dados reforçam que territórios indígenas e áreas protegidas são barreiras contra o desmatamento. 2017. Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/novos-dados-reforcam-que-territorios-indigenas-e-areas-protetidas-sao-barreiras-contra-o-desmatamento>>, acesso realizado em 18.07.2019.
- LANG, Miriam Lang y MOKRANI, Dunia (Org.). Mas allá del desarrollo. Fundación Rosa Luxemburg, 2011. Disponível em <[http://www.rosalux.org.mx/docs/Mas\\_ala\\_del\\_desarrollo.pdf](http://www.rosalux.org.mx/docs/Mas_ala_del_desarrollo.pdf)>, acesso realizado em 20.11.2018.
- LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. Revista de Antropologia, [S. l.], v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014. DOI\_10.11606\_2179-0892.ra.2014.87702. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87702>. Acesso em: 17 jan. 2021
- LEFF, Enrique. Discursos Sustentáveis. São Paulo: Cortez, 2010.
- \_\_\_\_\_. Medio ambiente y diálogo de saberes. Cultura y representaciones sociales, v. Año 5, num, p. 42-121, 2010a.
- LITTEL, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade: Série Antropologia. Brasília: 2002.
- MACHADO, Horacio Araoz. Agua y Minería Transnacional . Desigualdades hídricas e implicaciones biopolíticas. Hábitat urbano: Dimensiones y perspectivas, p. 61-90, 2010.
- \_\_\_\_\_. Ecología política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales y re-existencias decoloniales en nuestra América. Bajo el Volcán, vol. 15, núm. 23, septiembre-febrero, 2015.
- \_\_\_\_\_. Clase Ecología política del extractivismo. SEMINARIO VIRTUAL DE CLACSO, 1921, ECOLOGÍA POLÍTICA LATINOAMERICANA, 2019. Disponível em <<https://www.clacso.org/pt/ecologia-politica-latinoamericana/>>, acesso realizado em 05.07.2020.
- MALERBA, Juliana (org.). Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2014.
- MARTINEZ ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres. São Paulo: Contexto, 2014.
- MILANEZ, Bruno. Novo marco legal da mineração no Brasil: por quê? Para quem?. 2012. Disponível em <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2012-O-novo-marco-legal-da-mineracao%3A7%3A3o.pdf>>, acesso realizado em 10.07.2019.
- \_\_\_\_\_.; SANTOS, R. S. P. . Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?. In: 37o. Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. Anais do 37o. Encontro Anual da ANPOCS, 2013.
- \_\_\_\_\_. MINERAÇÃO, AMBIENTE E SOCIEDADE: IMPACTOS COMPLEXOS E SIMPLIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO, 2017. Disponível em <http://respositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7936>, acesso realizado em 15.07.2019.
- \_\_\_\_\_. Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do Rio Paraopeba. Sumário Executivo. Brasília: Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedades (PoEMAS).
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. PLANO NACIONAL DE MINERAÇÃO 2030. 2011. Disponível em <[http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732821/Book\\_PNM\\_2030\\_2.pdf](http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732821/Book_PNM_2030_2.pdf)>, acesso realizado em 18.07.2019.
- MOORE, Jason W.. Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital. [s.l.: s.n.]. v. 37. 2015.
- \_\_\_\_\_. ¿Trabajo Barato?: Tiempo, Capital y la Reproducción de la Naturaleza Humana. Relaciones Internacionales, nº 36, 2018.
- MOTONAGA, Alexandre Akio. O interesse nacional sob a ótica da Constituição Federal de 1988. 2010. 138 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NAVARRO, Mina L. Luchas por lo común contra el renovado cercamiento de bienes naturales en México. Bajo el Volcán, año 13, número 21, 2014.
- \_\_\_\_\_. & GUTIÉRREZ, Raquel. Claves para pensar la interdependencia desde la Ecología y los Feminismos. Bajo el Volcán, nº 28, 2018.
- \_\_\_\_\_. Despojo múltiple sobre el tejido de la vida: Impactos y resistencias socioambientales. Revista Textual, 73. 2019.
- ORDUZ-ROJAS, Claudia Marcela; BARROS-PEREIRA, Doralice; BRUNODIAS, Janise. Participação, resolução negociada de conflitos e (neo) extrativismo no Brasil\_ o Parque Nacional da Serra do Gandarela (MG\_Brasil). Revista de Estudios Andaluces, 36, 121-146, 2018.
- OST, François. A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do Direito. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- OVIÑA, Hernán. La política prefigurativa de los movimientos populares en América Latina - Hacia una nueva matriz de intelección para las Ciencias Sociales. Acta Sociológica, nº 62, 2013, pp.77-104.
- PACHECO, Tania & FAUSTINO, Cristiane. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. In: PORTO, M.F., PACHECO, T., and LEROY, J.P., comps. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.
- PENIDO, Maria O. BIO(NECRO)POLÍTICA DA MINERAÇÃO: QUANDO O DESASTRE ATINGE O CORPO-TERRITÓRIO. R. Bras. Geogr., Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 38-51, jul./dez. 2018.
- PINTO, Cláudio L.L.; SALUM, Maria J.G.; Mineração: aspectos ambientais e socioeconômicos. In: THOME, Romeu (Org.). Mineração e Meio Ambiente: análise jurídica interdisciplinar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Saberes y de Territorios - diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana [De Saberes e de Territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latinoamericana]. Em: Polis, 22|2009, 08.04.2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/2636>>. Acesso em 16.07.2019.
- SACHS, Ignacy. O Desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. Rev. De Estudos Avançados, vol.,12, n.33, 1998.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimento e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, 2012, out./dez, p. 672-688.
- SAMPIERI, Roberto Hernández. Metodología de pesquisa. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. The construction of the disaster and the 'privatization' of mining regulation: reflections on the tragedy of the Rio Doce Basin, Brazil. VIBRANT , v.14, n. 2, p.127 - 149, 2017.
- SILVA, E. C. DA. A geopolítica do saque mineral: conflitos e impactos socioambientais da mineração de ferro em Quiterianópolis-CE. [s.l.] Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2020.

SOUZA, Carolina H.C. O "ESPAÇO DA RESISTÊNCIA" na Serra do Gandarela: Instrumentos, Contraposições e a necessária Utopia. Tese de Doutorado. Escola de Arquitetura da UFGM, 2015.

SVMMA, Maristela. Entre alguns dos temas e marcos comuns que atravessam tal linguagem ecoterritorial, citamos quatro: bens comuns, justiça ambiental, Bem Viver e Direitos da Natureza. In: Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo: 2016.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos; ZHOURI, Andréa; MOTTA, Luana Dias. OS ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E A ECONOMIA DE VISIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 36, n. 105, 2021.

ULLOA ASTRID. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. Nómadas, n. 45, p. 123-139, 2016.

WWF. MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL E ÁREAS PROTEGIDAS - Situação dos direitos minerários e sobreposições. Relatório 2018. Disponível em <http://d3nehc6y19qzo4.cloudfront.net/downloads/mineracao\_na\_amazonia\_legal\_web.pdf>, acesso realizado em 15.07.2019.

ZAGALLO, Guilherme et al. Na Justiça: instrumentos de litígio e defesa de comunidades afetadas pela mineração. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Justiça Global, 2015.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizontes: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_.; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais - GESTA/UFGM, 2010.

**MEMBROS DO PROJETO**

CPF	Nome	Categoria	CH Dedicada	Tipo de Participação
019.479.733-39	THIAGO ARRUDA QUEIROZ LIMA	DOCENTE	4	Vice-Coordenador
033.936.353-36	TALITA DE FATIMA PEREIRA FURTADO MONTEZUMA	DOCENTE	8	Coordenador

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

Atividade	2021							2022												
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
<b>REVISÃO DE LITERATURA</b>																				
<b>REVISÃO DE DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS</b>																				
<b>ESTUDOS FACILITADOS SOBRE DIREITO MINERÁRIO E TEMAS CORRELATOS</b>																				
<b>MAPEAR E DISCUTIR DESAFIOS JURÍDICOS NOS EIXOS DE INVESTIGAÇÃO</b>																				
<b>SISTEMATIZAR INSTRUMENTOS LEGISLATIVOS LOCAIS DE RESTRIÇÃO À EXPANSÃO MINERAL, EM DIÁLOGO COM AS EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DE INSTITUIÇÃO DE TERRITÓRIOS LIVRES DE MINERAÇÃO</b>																				
<b>PRODUÇÃO DE ARTIGOS E TRABALHOS CIENTÍFICOS</b>																				
<b>ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA</b>																				

**HISTÓRICO DO PROJETO**

Data	Situação	Usuário
22/05/2021 18:11	CADASTRADO	TALITA DE FATIMA PEREIRA FURTADO MONTEZUMA ( <i>talita.furtado</i> )
22/05/2021 18:11	AGUARDANDO AUTORIZAÇÃO DA UNIDADE	TALITA DE FATIMA PEREIRA FURTADO MONTEZUMA ( <i>talita.furtado</i> )
24/05/2021 09:46	SUBMETIDO	LIZZIANE SOUZA QUEIROZ FRANCO DE OLIVEIRA ( <i>lizziane</i> )
27/05/2021 22:32	EM EXECUÇÃO	IARA KATEUCHA FERNANDES DE SOUZA ( <i>iara</i> )